

JORNAL DO BRASIL

Ócio Concentrado

10 JUN 1986

NOS anos do autoritarismo, a concentração de poder nas mãos do Executivo serviu de justificativa a deputados e senadores não afeitos ao trabalho para reunir-se pouco e produzir ainda menos. O autoritarismo se foi, o vício ficou. Mas como sempre é necessário tomar alguma decisão, inventou-se o **esforço concentrado**, pelo qual os parlamentares fazem o favor de comparecer às respectivas casas legislativas durante dois ou três dias seguidos no decorrer de um determinado semestre.

Graças a esse brasileiríssimo expediente regimental, de vez em quando o Congresso conseguia limpar a pauta, votando as matérias mais importantes que se vinham acumulando. Neste final de legislatura, entretanto, nem mesmo os apelos e convocações conseguem fazer com que os parlamentares se concentrem para o trabalho. Quando muito, concentram-se para o ócio, pois não há nada capaz de materializar em plenário os deputados e senadores que constam das listas de "presença na casa". O que era subterfúgio virou comédia de mau gosto.

Na semana recém-finda, Senado e Câmara estiveram oficialmente empenhados em novo teste de cooper legislativo. Em função dele, só a Câmara realizou 12 sessões (cinco das quais em conjunto com o Senado), que se estenderam por mais de 11 horas. O *Diário do Congresso* registrou 73 discursos, além de comunicações e apartes a oradores. Na verdade os discursos não foram pronunciados na tribuna e matéria nenhuma pôde ser votada, porque embora as misteriosas listas acusassem a presença de centenas de deputados "na casa", nunca houve mais de uma dezena em plenário. Em compensação, a Câmara pagou quase meio milhão de cruzados em jetons aos fantasmagóricos deputados.

O Senado produziu, numericamente, um resultado mais positivo. Graças ao voto de liderança — outra originalidade criada para substituir as votações nominais —, aprovou dois ou três projetos, um deles garantindo a manutenção da candidatura nata, que os

desobriga de disputar as convenções partidárias. Trata-se de um privilégio que bloqueia a renovação do Senado e impede o fortalecimento dos partidos, mas o que os senadores querem mesmo é a vitaliciedade e uma reserva de siglas para servir aos seus interesses pessoais.

Beira o escândalo esse excesso de preocupação com os próprios privilégios. Os congressistas o sabem, e por isso andaram também preocupados em dispor de mecanismos com os quais esperam neutralizar as críticas da opinião pública e aplacar o crescente mal-estar dos cidadãos com a sua falta de espírito público. Ocupou-se a mesa do Senado, nesses dias de concentrado ócio, em analisar dois projetos: um que autoriza a instalação da Rádio do Congresso Nacional e outro que cria no Senado uma central de produção de programas de tevê.

Acham pouco os atuais congressistas as numerosas facilidades que já têm para cultivar suas bases, imprimir de graça material de campanha, usar sem limitações os serviços postais. Não lhes basta impor às emissoras de rádio e televisão a obrigatoriedade de horários gratuitos para uma propaganda eleitoral que praticamente só a eles beneficia; querem uma rádio exclusiva e um serviço destinado a distribuir graciosamente a própria imagem a quantas estações de tevê estejam interessadas em sua permanência no Congresso.

Escasso em trabalho e civismo, o Congresso Nacional só se mostra fértil em imaginar os meios de restringir a manifestação dos que estão de fora e mais ainda em criar — não importa o preço em equipamentos, instalações e empregos — instrumentos de manipulação do eleitorado. Esse é o verdadeiro poder econômico que aos outros atribuem. Que irão reforçá-lo criando sua potente estação de rádio e sua generosa central de programas de tevê, quem duvida? Mas que ao menos façam à nação o favor de liberar as emissoras particulares de obrigações ruinosas, como a de transmitir a obsoleta e inútil *Voz do Brasil*.